



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ALESSA ROLING

**A EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL NA ECONOMIA BRASILEIRA DE
1990 A 2010**

**LARANJEIRAS DO SUL - PR
2017**

ALESSA ROLING

A EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL NA ECONOMIA BRASILEIRA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador professor João Arami Martins Pereira

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

ROLING, ALESSA
A EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL NA ECONOMIA
BRASILEIRA/ ALESSA ROLING. -- 2017.
56 f.:il.

Orientador: João Arami Martins Pereira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Economia Brasileira. 2. Balança Comercial
Brasileira. 3. Exportação e Importação Brasileira. I.
Pereira, João Arami Martins, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Universidade Federal da
Fronteira Sul

Bolterre
Avenida Getúlio Vargas, 909
Edifício Engenharia, 2º Andar
Chapadão - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.612-900
(49) 2049-1400

www.ufffs.br
ca@ufffs.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
Rua Oscar Pereira Guedes, 01
Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
- Paraná - CEP 85283-820
(41) 3623-8650



Serviço Público Federal
Universidade Federal da Fronteira Sul
Curso de graduação em Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 14 dias do mês de DEZEMBRO de 2017, às 14:00 horas, em sessão pública na sala AUDITÓRIO BLOCO A do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a):

JOÃO ARAMI MARTINS PEREIRA
e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. ANDERSON LUIZ DE OLIVEIRA e
 2. DEISE MAMA BOURSCHIEDT,
- o(a) aluno(a) ALESSA ROLING

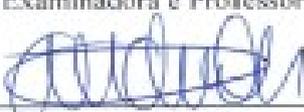
apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: _____

A EVOLUÇÃO DA BANCA COMERCIAL NA ECONOMIA BRASILEIRA

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.



Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)



Examinador(a) 01



Examinador(a) 02



Aluno(a)

Dedico o trabalho de minha vida a minha família. A minha mãe Edna Simone V. D Roling e meu pai Elias Roling, pelo incentivo desde criança para que eu tivesse uma formação, ao meu amado Mateus Dreher pela dedicação e paciência durante todo o período de graduação, e a minha filha Ísis Dreher, que acompanhou dentro da barriga a realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, a esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram um horizonte superior, diante da competência dos professores desta instituição. Ao meu orientador João Arami Pereira Martins pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, pelas palavras de apoio e pela confiança depositada em mim. Agradeço a minha tia e amiga Vanilde Franco e minha prima Marinei Roling pela ajuda com as correções, sem vocês seria muito mais difícil.

Aos meus pais Elias Roling e Edna Simone Roling, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Ao coordenador do curso de Economia, Antonio Maria da Silva Carpes pela amizade e companheirismo com os alunos, competência e auxílio neste momento tão importante das nossas vidas. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento e a evolução da Balança Comercial Brasileira em relação às diferentes políticas econômicas adotadas entre 1990 e 2010. A metodologia parte do método documental, predominantemente qualitativa, os dados serão analisados e interpretados a partir do comportamento das exportações e importações brasileiras no período de 1990 a 2010, com exibição de gráficos para demonstrar a evolução positiva ou negativa da balança comercial para cada período, com referências documentais explicando o comportamento das exportações e importações, diante do Balanço de Pagamentos, do Câmbio e Inflação e das Privatizações. De acordo com isso, conclui-se que houve evolução da Balança Comercial diante das políticas econômicas adotadas pelos governos de 1990 a 2010, priorizando a estabilização da economia e conseqüentemente afetando as exportações e importações e o saldo comercial brasileiro, constatando que toda movimentação da economia interna e externa afetou o saldo da Balança Comercial Brasileira.

Palavras-chave: Economia Brasileira. Balança Comercial Brasileira. Governo Neoliberal.

ABSTRACT

This research had as objective to analyze the behavior and the evolution of the Brazilian Trade Balance about the different economic policies adopted between 1990 and 2010. The methodology starts with the documentary method, predominantly qualitative, and analyzes and interprets the behavior of exports and imports Brazil in the time period. The research presents graphs showing the positive or negative evolution of the trade balance for each period, with documentary references explaining the behavior of exports and imports, in the face of the Balance of Payments, Foreign Exchange and Inflation and Privatization. In the light of this, it is concluded that the evolution of the Trade Balance had prioritized the stabilization of the economy and consequently affected exports and imports and the Brazilian trade balance. The main reason for this trend is connected to the economic policies adopted by the governments from 1990 to 2010, and it is also remarkable that movements of both domestic and foreign economy altered the balance of the Brazilian Trade Balance.

Keywords: Brazilian Economy. Brazilian Trade Balance. Neoliberal Government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. INDICADORES MACROECONOMICOS

Tabela 1. Determinantes da Economia Brasileira (1990-2010)

Tabela 2 – Dados do setor externo Balança Comercial (1990-2010)

Tabela 3 - Variação da Balança Comercial (1990-1992)

Tabela 4 - Variação da Balança Comercial (1990-1994)

Tabela 5 - Variação da Balança Comercial (1995-2002)

Tabela 6 - Variação da Balança Comercial (2003-2010)

Gráfico 1 - DADOS DA BALANÇA COMERCIAL (1990-2010)

Gráfico 2 - RESERVAS INTERNACIONAIS (1990-2010)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 A ESTRUTURA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	16
2.2 FLUXO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	18
2.3 CÂMBIO E INFLAÇÃO	20
2.4 PRIVATIZAÇÃO	23
2.5 A BALANÇA COMERCIAL E A ECONOMIA BRASILEIRA.....	25
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.2 COLETA DE DADOS	27
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
4.1 POLÍTICAS DE GOVERNO: PERÍODO DE 1990 A 2010.....	29
4.1.1 Governo Collor: Período de 1990 a 1992	31
4.1.2 Governo Itamar Franco: Período 1992 a 1995	34
4.1.3 Governo FHC: Período 1995 a 2003	37
4.1.4 Governo Lula: Período 2003 a 2010.....	44
4.2 COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Diante de diferentes visões, prevalece hoje o pensamento de que se pode auferir benefícios consideráveis do comércio internacional, pelas vias conjuntas das exportações e das importações, para obter crescimento econômico. As relações entre o comércio exterior e o crescimento da economia brasileira, é um dos principais objetos das ciências econômicas, já destacado na obra “Riqueza das Nações” de Adam Smith. É tradicionalmente um dos principais temas da agenda econômica internacional. Na dimensão teórica sobre o assunto são utilizados conceitos e hipóteses para análise das interrelações de comércio e crescimento que apesar de refletirem essencialmente uma tendência de intensificação dos fluxos econômicos internacionais, essa história não é invariavelmente linear, possui ciclos de maior e menor expansão do intercâmbio comercial, que se associam ao maior ou menor crescimento, bem como a diferentes regimes de comércio (SARQUIS, 2011).

No Brasil, a história das relações de trocas comerciais e do crescimento econômico se revelou ainda menos linear do que em outros países, e os contrastes com o mundo desenvolvido tornaram-se ainda mais contraditórios do que os de outras regiões do mundo em desenvolvimento. Tendo contribuído para significativo processo de industrialização, o modelo de substituição de importações, com o declínio progressivo de seus benefícios líquidos, teve seu esgotamento tardiamente reconhecido (SOUZA, 2012).

De acordo com Souza (2012), as substituições de importações tem como principal objetivo equilibrar o balanço de pagamentos, para isso reduzem importações por meio de cotas, licenciamentos, elevação de tarifas e proibições e reajuste da política cambial.

Os choques de petróleo, as subseqüentes crises de balanços de pagamentos e, finalmente, a estagnação na década de oitenta agravaram o referido esgotamento e, de certo modo, prejudicaram o desenho de um novo modelo de inserção econômica internacional. Nesse contexto, as políticas de liberalização comercial foram inseridas, tendo em conta o seu caráter unilateral e o então limitado grau de abertura das economias (SARQUIS, 2011).

O Brasil conheceu, desde o Pós-guerra, considerável alternância entre períodos de maior ou menor crescimento, não sendo a expansão da economia necessariamente concomitante com a do comércio exterior. Estes períodos foram intercalados por crises (cambiais e financeiras) e desequilíbrios macroeconômicos (SARQUIS, 2011).

A década de 90 se caracterizou como a abertura do mercado comercial, que teve início no governo Collor e foi aprofundada até o governo de Fernando Henrique Cardoso, com objetivo de globalização e parceria entre países através de acordos unilaterais, como acordos regionais que envolvem uma integração mais aprofundada que a simples redução de barreiras tarifárias, incluindo uniões aduaneiras, harmonização e o ajuste de políticas econômicas, acordos de cunho político com a União Européia e as áreas de livre comércio são formadas geralmente entre países vizinhos (AVERBUG, 2003).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como se comportou a evolução da Balança Comercial em relação às diferentes políticas econômicas adotadas a partir dos anos 1990 até 2010.

1.2 OBJETIVOS

Segundo Gil (2002) os objetivos gerais são o pontos de partida da pesquisa, indicam uma direção a seguir, mas, não possibilitam que se parta para a investigação, precisando ser redefinidos, esclarecidos, delimitados. Para isso usamos os objetivos específicos da pesquisa, que tentam descrever, nos termos mais claros possíveis, exatamente o que será obtido num levantamento. Enquanto os objetivos gerais referem-se a conceitos mais ou menos abstratos, os específicos referem-se a características que podem ser observadas e mensuradas em determinado grupo.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o comportamento e a evolução da Balança Comercial Brasileira em relação às diferentes políticas econômicas adotadas entre 1990 e 2010.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Conceituar os determinantes da estrutura do Balanço de Pagamentos, Câmbio e Inflação, Privatização e da Balança Comercial;
- b) Caracterizar as políticas utilizadas pelos diferentes governos entre 1990 e 2010, quanto à Estrutura da Balança de Pagamentos, Câmbio e Inflação, às Privatizações e à Evolução da Balança Comercial Brasileira;
- c) Verificar o comportamento da Balança Comercial nos diferentes governos de 1990 a 2010;

1.3 JUSTIFICATIVA

Na década de 1990, o Brasil se defrontou com o desafio de viabilizar novamente o país. Segundo BRUM (2010), o Brasil tinha quatro exigências principais, superar a crise, lançar as bases de uma nova etapa de desenvolvimento, desencadear o processo de erradicação das desigualdades sociais e aprofundar a democracia. Assim a população brasileira vem apresentando mudanças expressivas, que alteram a configuração demográfica do país.

No governo Collor, uma das medidas que foram tomadas, que aqui nos interessam, tinha por objetivo desregulamentar a economia, através da redução de excesso de exigência burocrática que dificultavam negócios externos, também promover o processo de abertura da economia brasileira através da redução das tarifas de importação, expondo as empresas instaladas no país à concorrência internacional e forçando a sua modernização, tornando o país mais atrativo aos investimentos externos e mais competitivo em termos de exportações. Buscava isso, através da reforma (privatização) dos portos e da redução dos custos de embarque e desembarque, visava ainda, promover o equilíbrio das contas públicas, através de uma reforma tributária e do reajuste fiscal (BRUM, 2010)

Já com Itamar Franco no poder, surgiu o “Programa de Estabilização Econômica, chamado “PLANO REAL”, que trouxe a implantação da moeda real, o que facilitou as relações econômicas externas. Segundo Brum, 2010, os exportadores em geral foram penalizados em decorrência do câmbio sobrevalorizado.

Fernando Henrique Cardoso se encarregou de levar o Plano em pleno desenvolvimento. No início de seu governo, em 1995, o Brasil era um país ainda respeitado internacionalmente, com um parque industrial significativo, com imensos recursos naturais, com empresas estatais altamente competitivas em áreas estratégicas, como por exemplo a Petrobrás, também com um setor de telecomunicações desenvolvido, com uma enorme rede de produção de energia elétrica e com um grande potencial de desenvolvimento. (LESBAUPIN et al., 1999).

Enfim no governo Lula, mantém-se a política macroeconômica que vinha sendo executada desde 1999, apoiando a combinação do regime de metas de inflação com o câmbio flutuante e a política de geração de superávit fiscal primário. A desvalorização cambial no final do governo FHC contribuiu para zerar o déficit comercial de manufaturados. Assim com a política monetária freando o crescimento da demanda doméstica, o principal estímulo para a expansão da produção industrial somente poderia vir do comércio exterior, aquecido pela crescente demanda das economias asiáticas. Com as exportações em trajetória rapidamente crescente, as restrições externas diminuíram significativamente no governo Lula (CANO, 2010).

Diante do exposto, nota-se que as diferentes políticas econômicas adotadas nas décadas 1990, 2000 e 2010, buscaram nas relações comerciais do Brasil com o resto do mundo, possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico. Principalmente, com as exportações e importações, que nos anos 1990 com as privatizações e nos anos 2000 com advento dos preços das commodities, a economia brasileira se beneficiou enormemente, possibilitando inclusive o aumento expressivo das reservas internacionais, proporcionando relativa estabilidade na taxa cambial.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A política econômica é a capacidade de o governo intervir nas flutuações econômicas. Na teoria keynesiana destaca-se o papel essencial do governo, e nos modelos clássicos o governo destaca-se como fonte de instabilidade ao invés de correção dos desequilíbrios (GREMAUD, 2011).

A política econômica consiste no conjunto de ações governamentais que são planejadas para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação econômica de um país, uma região ou um conjunto de países. Estas ações são executadas pelos agentes de política econômica, a saber: nacionalmente, o Governo, o Banco Central e o Parlamento e internacionalmente por órgãos como, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outros. Cada vez mais, há uma interação com entidades multinacionais, pelo fato de que a economia da maioria dos países encontra-se globalizada.

Pode ser de natureza estrutural, quando visa a modificar a estrutura macroeconômica; conjuntural, quando visa a administrar uma situação como depressão, hiperinflação ou escassez de produtos; ou expansionista, quando visa à manutenção ou à aceleração de crescimento econômico.

O governo pode influenciar muito a sociedade, e isso é possível por meio de instrumentos de política econômica, como taxas de juros, tributação ou decisões em investir na sociedade, no sistema produtivo ou na atividade econômica. Existe um consenso entre economistas de que o desenvolvimento econômico deve ser orientado por políticas públicas, nesse caso o equilíbrio a longo prazo é alcançado pelos mecanismos de ajuste dos mercados nas economias capitalistas, sendo que a política econômica teria sua importância pelos acertos de curto prazo (HEINECK,2010).

O governo pode intervir de duas maneiras: de forma discricionária, que utiliza instrumentos conforme o bom senso das autoridades ou por meio de regras rígidas, utilizando fórmulas matemáticas, que diminuem a flexibilidade de ação por parte das autoridades e aumentam a credibilidade de atuação do governo (HEINECK,2010).

As políticas macroeconômicas formam o necessário de uma estratégia de desenvolvimento. Quando adequadas podem promover o crescimento e a industrialização, que são os itens mais essenciais da cesta do futuro de bem-estar social. No caso de políticas macroeconômicas, são ações planejadas por governantes de Estado que utilizam os três caminhos clássicos disponíveis: a política cambial, a política monetária e a administração fiscal (SICSÚ, 2008).

A política cambial é um mecanismo capaz de estabelecer uma taxa de câmbio competitiva para a produção e a exportação de bens manufaturados, ela favorece o investimento e a industrialização (SICSÚ, 2008).

Uma política de administração cambial – de uma taxa que deve ser flutuante – em que o Banco Central compra e vende reservas, é capaz não só de manter a taxa de câmbio em patamar competitivo para as exportações de manufaturados, mas também de reduzir a volatilidade cambial, enfraquecendo, em decorrência, a atividade especulativa no mercado de moeda estrangeira. A defesa do equilíbrio externo requer atenção não somente com a balança comercial, mas também com a conta de investimentos financeiros internacionais, como o estabelecimento de uma taxa de juros básica da economia, semelhante ao da americana. A taxa de juros é fundamental para manter o equilíbrio externo, mas é também fundamental para manter o equilíbrio macroeconômico interno (SICSÚ, 2008).

No curto prazo, a política monetária afeta tanto o nível de produto quanto a sua composição: um aumento da moeda leva a uma diminuição das taxas de juros e a uma depreciação da moeda. Ambos, por sua vez, levam a um aumento da demanda por bens e a um aumento do produto (BLANCHARD, 2011).

No médio e no longo prazo, a política monetária é neutra: mudanças no nível ou na taxa de crescimento da moeda não exercem qualquer efeito sobre o produto. Mudanças no nível da moeda levam a aumentos proporcionais dos preços (BLANCHARD, 2011).

Uma inflação muito alta pode prejudicar a atividade econômica, gerando diversos custos como uma taxa nominal de juros maior, diminuindo o saldo monetário das pessoas; além de custos que vêm de interações entre o sistema tributário e a inflação, a noção de que as pessoas estão ganhando mais, é uma ilusão de acordo com a comparação da renda atual com relação às rendas anteriores sem analisar a inflação (BLANCHARD, 2011).

Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado (TESOURO NACIONAL).

Já a política fiscal que favorece o investimento e a industrialização é aquela que por meio de uma política de gastos, sempre visando ao pleno emprego, promove justiça social ao estabelecer um sistema tributário progressivo e solidário no qual a renda e o patrimônio sejam a base da arrecadação e o consumo, a produção e o investimento sejam desonerados; equilibrar o orçamento para que o governo tenha nas suas mãos uma política de gastos que possa ser utilizada na sua plenitude, sem restrições orçamentárias importantes a qualquer momento; desenvolver mecanismos democráticos de decisão de gastos, assim como desburocratizar os processos de gastos do governo para que o gasto público possa ser feito com melhor qualidade, ou seja, sem desperdício e com preços menores; e desenvolver mecanismos mais simples de arrecadação e fiscalização da arrecadação – que são procedimentos necessários para que a carga tributária tenha o tamanho compatível com as necessidades da sociedade de bem-estar que se pretende construir (SICSÚ, 2008).

Existem ainda dificuldades para a política econômica enfrentar problemas que se propõe, uma delas são as defasagens que podem ser internas, no caso de corresponder um intervalo de tempo entre a ocorrência do choque econômico e a ação política por parte do governo, também podem ser defasagens externas que referem-se ao intervalo de tempo entre a implementação da política e sua repercussão sobre a economia, ou seja, tempo em que a política aplicada comece a surtir efeito sobre o desempenho econômico (GREMAUD, 2011).

2.1 A ESTRUTURA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

O Balanço de Pagamentos de um país representa o resumo contábil das transações econômicas que esse país faz com o resto do mundo, com base nisso é possível avaliar a situação econômica do país. No Brasil, quem elabora o Balanço de Pagamento é o Banco Central, com base nos registros das transações, ou seja, toda transação que cria um direito, constitui um crédito. As exportações de bens e serviços, doações e indenizações recebidas, recibo de empréstimo de estrangeiro, venda de ativos para estrangeiros e recebimento de fretes são lançadas como um crédito e as importações de bens e serviços, pagamento de doações e indenizações, compras de ativos, pagamento de fretes e juros pago ao exterior, por exemplo, são lançadas como débito. As transações podem ser autônomas, quando acontecem por si mesmas ou

transações compensatórias, que são destinadas a financiar o saldo final das transações autônomas, isso acontece porque no final de cada período pode não ocorrer igualdade entre débitos e créditos quanto às transações voluntárias, com base nisso o governo é induzido a realizar uma série de transações compensatórias para equilibrar as contas do Balanço de Pagamentos (GREMAUD, 2011).

Segundo Lacerda (2010), após a adoção do Plano Real, acontece o crescente aumento da vulnerabilidade externa, pelo aumento sucessivo do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e pelo passivo externo acumulado. O aumento da vulnerabilidade externa do país torna a economia brasileira extremamente suscetível às alterações do cenário internacional. Nesse caso, o país depende cada vez mais de recursos externos para cobrir as suas necessidades de financiamento em moeda forte e todas as demais variáveis da economia tornam-se subordinadas à obtenção ou não dos recursos.

Dentre 1994 a 1998, o déficit aumentou US\$ 31.4 bilhões, o efeito do longo período de valorização do real implicou em um aumento significativo das importações. Lacerda (2010) explica que esse crescimento das importações não foi acompanhado por um crescimento das exportações, o que, combinado com o crescente déficit de serviços, ampliou o déficit em conta corrente. Especialmente pelo efeito do déficit comercial, a mudança cambial em 1999 provocou uma redução do déficit em conta corrente para US\$ 25 bilhões, montante que foi reduzido para US\$ 24,6 bilhões em 2000 e US\$ 23,2 bilhões em 2001 (Lacerda, 2010).

De acordo com Simonsen 2009: p. 66, balanço de pagamentos define-se como sendo o registro sistemático das transações entre residentes e não residentes de um país durante determinado período de tempo. Os registros contábeis são elaborados dentro do princípio das partidas dobradas: a um débito em determinada conta deve corresponder um crédito em alguma outra e vice-versa. Com o objetivo de facilitar o entendimento de quais contas se lançam a crédito (sinal positivo) e quais contas se lançam a débito (sinal negativo) no balanço de pagamentos, estas podem ser divididas em dois grupos: a) as contas operacionais; b) a conta de reservas (ou conta de caixa).

Já a estrutura do balanço de pagamentos, segundo Simonsen 2009: p. 68, os componentes são usualmente apresentados em coluna e classificados em diferentes grupos de contas. Em decorrência da utilização do critério das partidas dobradas, a

soma do saldo de todas as contas tomadas em conjunto deve necessariamente ser igual a zero. Isto impõe que, se traçarmos, de balanço de pagamentos em duas partes distintas, a primeira representando todos os componentes “acima da linha”, e a outra incluindo os componentes restantes “abaixo da linha”, os dois grupos deverão apresentar o mesmo saldo numérico, com sinal trocado.

Conforme Simonsen, 2009 p. 69, dois grupos de contas se destacam no balanço de pagamentos: a conta de transações correntes e a conta total de capital. Incluem na conta corrente as transações que se referem à movimentação de bens e serviços, a conta de rendas como é o caso das contas de juros e dividendos e as transferências unilaterais correntes. Por outro lado, Krugman, 2005: p. 229, as contas do balanço de pagamentos de um país registram tanto seus pagamentos ao estrangeiro como seus recebimentos do estrangeiro. Qualquer transação que resulte em um pagamento ao estrangeiro é lançada nas contas como um débito e recebe um sinal negativo (-), ao passo que qualquer transação que resulte em um recebimento do estrangeiro é lançada como um crédito e recebe o sinal positivo (+). Três tipos de transações internacionais são registrados no balanço de pagamentos: 1. transações que envolvem a exportação ou a importação de bens e serviços; 2. transações que envolvem a compra ou venda de ativos financeiros e: 3. algumas outras atividades que resultem em transferências de riqueza entre países são registradas na conta capital.

2.2 FLUXO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Segundo AVERBURG (2003), a evolução do comércio exterior brasileiro com a América Latina, o Caribe, a Ásia, o Nafta e a União Européia, mantinha um saldo comercial positivo até 1994, após o Plano Real, no entanto, a situação começou a mudar e já em 1995 o saldo se inverteu. Apesar dos obstáculos, a União Européia foi o principal parceiro comercial do Brasil, que importa principalmente produtos manufaturados do bloco (saldo negativo de US\$ 10,6 bilhões em 1998) e para onde exporta principalmente produtos primários (saldo positivo de US\$ 6,5 bilhões). A América Latina e o Caribe importam em sua maioria produtos manufaturados do Brasil, que alcançou saldo positivo de US\$ 4,9 bilhões nesse setor com a região em 1998. Com o Nafta, a maioria do fluxo comercial também se dá com os manufaturados

e o país atingiu o déficit de US\$ 6,5 bilhões em 1998, inferior aos US\$ 8,2 bilhões de 1997 (AVERBURG, 2003).

Além de alavancar o comércio, o governo procura também estimular os investimentos europeus no Mercosul, principalmente através das privatizações. No entanto, a União Européia vem se mostrando irredutível em relação a questões extremamente importantes, tais como a do subsídio à agricultura, que prejudica as exportações de produtos primários do Mercosul. As dificuldades impostas pelos europeus representam um obstáculo às negociações de uma área de livre comércio entre as duas regiões. Outro fator desfavorável é o estreitamento dos laços comerciais e diplomáticos da União Europeia com países da Europa Oriental, como Polônia e Hungria, que pretendem ser incluídos no bloco e concorrem diretamente com o Mercosul (AVERBURG, 2003).

O país vem atravessando um período de reformas desde a implementação do Plano Real, o que resultou na redução da inflação e na maior abertura ao comércio e ao fluxo de capitais internacionais. O Brasil ocupa uma posição intermediária entre os Estados Unidos e o Canadá e os países menos desenvolvidos do continente, que possuem economias voltadas para a exportação de matérias-primas e alguns manufaturados e para a importação de produtos industrializados. A maior entrada de capital estrangeiro num determinado país pode gerar pressões para apreciar a taxa de câmbio local, prejudicando o desempenho do balanço de pagamentos brasileiro. Como se vê, a questão da coordenação entre as políticas comerciais nacionais, regionais e hemisféricas é imprescindível e deve acompanhar o processo da Alca desde o seu estágio inicial (AVERBURG, 2003).

Como conseqüência desse processo, buscam-se a modernização do setor industrial e o aumento de sua competitividade, mas esse é um ciclo ainda não concluído e que vem sendo retardado pela atual crise nos mercados globais. Portanto, uma exposição direta à concorrência com Estados Unidos e Canadá ainda envolve riscos inoportunos (AVERBURG, 2003).

Na década de 90 o Brasil passou por um processo de abertura comercial de grande importância que se fosse conduzido de forma coerente e equilibrada, poderia trazer grandes benefícios à indústria local, como ganhos de produtividade e competitividade das empresas, além da possibilidade de maior crescimento

econômico para o país. Apesar de rapidamente ter aumentado as alíquotas de importação depois do Plano Real, a tendência a médio prazo continuava apontando para uma redução das barreiras tarifárias nacionais, devido a pressões internacionais, às políticas e os acordos de comércio. No entanto, antes de atingir os níveis de abertura tarifária dos países mais competitivos, o Brasil precisava alcançar maior estabilidade macroeconômica, passar por sólidos avanços em seu setor produtivo e procurar derrubar as barreiras não-tarifárias impostas principalmente pelos Estados Unidos e União Européia, de forma que a exposição a mercados mais desenvolvidos representa um estímulo, e não uma ameaça ao crescimento de sua economia (AVERBURG, 2003).

Segundo AVERBURG (2003), um dos principais pontos desse processo de abertura comercial foi a formação do Mercosul, que proporcionou desenvolvimentos essenciais para a economia brasileira, como ganhos de escala e especialização, sem um elevado deslocamento da produção local. Acontece que manter-se coeso diante da possibilidade de um acordo com a União Européia, uma vez que a diluição do Mercosul dentro de uma zona de livre comércio mais ampla e com a participação de países maiores e mais competitivos representaria uma grande derrota para o Brasil e para os demais membros, que perderiam força política e poder de negociação.

A política de comércio internacional brasileira deve permanecer subordinada aos interesses nacionais. O grau de abertura da economia deve continuar se intensificando, uma vez que a atual dinâmica da economia internacional exige tal esforço, mas não sem que seus efeitos sejam devidamente ponderados, de forma a maximizar os benefícios e minimizar os custos inerentes ao processo. O Brasil deve esperar o momento oportuno para colher os frutos da integração sem se precipitar por meio de comprometimentos com projetos ambiciosos, como a Alca, até ter passado por sólidos avanços estruturais na indústria local e alcançado uma estabilidade econômica sustentável (AVERBURG, 2003).

2.3 CÂMBIO E INFLAÇÃO

A política Cambial trata da relação de valor entre a moeda nacional e as moedas dos outros países. Para dar força ao real e sustentá-lo, o governo vinculou a

nova moeda ao dólar, o que aumentou a credibilidade da população na nova moeda brasileira e a credibilidade internacional (BRUM, 2010).

A taxa de câmbio fixa, obtém vantagens, pois a depreciação cambial ao gerar superávits aumenta o estoque de moeda no país, que levam à demanda agregada. Diante disso seria mais eficiente uma taxa de câmbio fixo, pois além de eliminar a volatilidade do câmbio flexível, as intervenções do governo necessárias para manter o comércio equilibrado seriam de menor peso (MOLLO 1999, p.05 ,apud, McKinnon,1988).

Segundo MOLLO (1999), quando o governo exagera no poder de alterar a taxa de câmbio nominal e emite muita moeda o resultado esperado é o aumento da inflação, perdendo a credibilidade diante dos outros países. Nesse sentido o governo deve seguir regras fixas de emissão monetária, pois os planos de estabilização ancorados no câmbio são uma variação da credibilidade no mecanismo regulador do mercado.

Já quando falamos em taxa de câmbio flexível, também há suas vantagens, pois quando aumenta a taxa de câmbio diminui a procura por produtos importados. O câmbio flexível é aconselhável para ajudar acomodar os termos e outros choques que atinjam a taxa de câmbio real, assim a taxa de câmbio flexível reduz a variação do produto. Outra vantagem da taxa de câmbio flexível é que os desequilíbrios tendem a se autocorrigirem, pois quando há muita demanda por moeda estrangeira tende a desvalorizar a moeda nacional, isso equilibra as transações externas da balança comercial sem a intervenção da autoridade monetária (MIOLLO, 1999).

A instabilidade na taxa de câmbio pode ser desfavorável para as possíveis transações internacionais, pois não há uma previsão e acarreta em risco, por exemplo, um programa de produção para exportação pode não ser lucrativo por ventura das variações na taxa de câmbio, isso dificulta a tomada de decisão pelos agentes econômicos. Por esse motivo que a intervenção do governo é importante, pois favorece na estabilidade das cotações, estabelecendo taxas de câmbio fixas (MIOLLO, 1999).

Segundo a visão macroeconômica de Lacerda (2010), a possibilidade de existência de juros e de rentabilidade de investimentos incentivaria a entrada de

recursos externos em larga escala, cuja consequência mais provável seria uma apreciação da taxa de câmbio real, que como causa pode levar ao endividamento e a deterioração do balanço de pagamentos que é causado pelo crescente déficit em conta corrente.

De acordo com BRUM (2010), a inflação é um fenômeno complexo, a instabilidade da moeda depende principalmente da solidez e do vigor da economia, educação, segurança, justiça, saneamento básico, cultura, ciência e tecnologia, infra-estrutura básica, etc.), livrar o estado de gastos com prejuízos das empresas estatais, aumentar a arrecadação tributária através do pagamento de impostos pelas empresas privatizadas, alavancar a expansão de setores básicos para o desenvolvimento do país assim como a modernização e o aumento da eficiência e da competitividade das empresas privatizadas (BRUM, 2010 p.531).

BRUM, (2010) defende que as eficiências das autoridades no gerenciamento das políticas macroeconômicas, do comportamento dos agentes econômicos e ainda, do grau maior ou menor de normalidade das relações econômicas-financeiras internacionais. Desde a década de 1950 até 1990, o Brasil conviveu com um processo inflacionário crônico e continuamente agravado, o mais longo da história de qualquer país.

A taxa selic do Banco Central é reconhecidamente o principal determinante das taxas de juros praticadas pelo mercado. A taxa de juros SELIC responde às pressões inflacionárias, ao hiato do produto real e às variações das reservas internacionais, assim o Banco Central altera a taxa de juros de curto prazo objetivando evitar flutuações indesejadas nos fluxos de capitais (FERNANDES, 2005).

Visando contextualizar o ambiente econômico do período em análise, a FIGURA 1 apresenta indicadores macroeconômicos selecionados que, comumente, condicionam as operações no mercado financeiro. Os dados relativos ao crédito bancário e ao mercado de capitais são apresentados nas respectivas seções que os analisam (HERMANN, 2010).

FIGURA 1. INDICADORES MACROECONOMICOS

Tabela 1
 Brasil – Indicadores macroeconômicos selecionados
 Médias Anuais por Período ⁽¹⁾ – 1990-2006

Indicadores	Taxas (% a.a.)					Contas Públicas (% PIB)			Contas Ext. (US\$ Bilhões)			
	Períodos	PIB Cresc. Real	Investim./ PIB	Inflação (IPCA)	Selic Real ⁽²⁾	Câmbio Var. Real ⁽²⁾	NFSP ⁽³⁾		Dív. Líq. do Set. Público	Conta de Capital Saldo	Trans. Correntes	
Nominal							Primário	Saldo			% PIB	Bal. Com.
1990-94	1,3	19,4	1.158	13,1	14,5	38,9	-3,4	34,5	6,8	-0,3	0,0	12,1
1995-98	2,4	17,4	9,4	21,9	-0,9	6,8	0,2	32,4	29,6	-26,4	-3,4	-5,6
1999-03	1,9	16,2	8,9	10,9	11,7	6,4	-3,5	48,3	15,4	-15,2	-2,8	7,7
2004-06	4,1	16,2	5,5	10,7	-15,5	2,6	-4,1	46,1	-0,2	13,0	1,5	41,6

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Bacen, Boletim Mensal, diversos números.
 Notas: (1) Média geométrica para as taxas de variação (PIB, inflação e câmbio); média aritmética simples para os demais indicadores. (2) Selic (acumulada no ano) e taxa de câmbio (média do ano) deflacionadas pelo IPCA anual. (3) NFSP = necessidade de financiamento do setor público consolidado: (-) = superávit.

2.4 PRIVATIZAÇÃO

Segundo BRUM (2010, apud GENOÍNO, 1997, p.2), a privatização faz parte da reforma do Estado, ela consiste em retirar do Estado atividades que a rigor, não se traduzem em nenhum ganho de bens públicos para os cidadãos.

Privatização ou desestatização consiste na venda de empresas estatais (de propriedade da União, dos estados ou dos municípios) à iniciativa privada e os principais objetivos dessa decisão é arrecadar recursos com a venda de patrimônio, reduzir o tamanho do Estado, retirando-o da atividade produtiva direta ou diminuindo a sua presença em setores da infraestrutura econômica, diminuindo a dívida pública interna, reduzindo o déficit público que leva o estado a concentrar sua capacidade administrativa e seus recursos nas funções básicas de sua competência, (saúde, educação, segurança, justiça, saneamento básico, cultura, ciência e tecnologia, infraestrutura básica, etc.), livrar o estado de gastos com prejuízos das empresas estatais, aumentar a arrecadação tributária através do pagamento de impostos pelas empresas privatizadas, alavancar a expansão de setores básicos para o desenvolvimento do país assim como a modernização e o aumento da eficiência e da competitividade das empresas privatizadas (BRUM, 2010 p.531).

A Comissão Diretora (CD) é formada por oito a doze membros, dentre eles quatro são do governo. A CD, têm como principal objetivo apresentar ao Presidente da República as empresas a serem incluídas no PND, aprovar o modelo de privatização e as condições e venda das empresas e definir o preço mínimo das ações a serem alienadas (PINHEIRO, 1992).

Pinheiro (1992) apresenta a Lei 8031 que estabelece no seu primeiro artigo os objetivos do PND, para privatizações do governo Collor:

I- reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

II- contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III- permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV- contribuir para a modernização do parque industrial do país, ampliando a sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial dos diversos setores da economia;

V- permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI- contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobilizados e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o programa.

Segundo Lacerda 2010, a privatização foi um aspecto polêmico da década de 1990, tornando-se parte integrante das reformas econômicas do governo. Com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), as privatizações foram intensificadas e gerou resultados consideráveis, o PND concentrou esforços na venda de estatais produtivos, pertencentes a setores anteriormente considerados estratégicos para o desenvolvimento do país e que, por isso, permaneciam nas mãos do Estado.

O processo de privatização admite, para aquisição das participações acionárias das sociedades a serem desestatizadas, outros meios de pagamento além da moeda corrente. Foi incentivada a compra de empresas do governo, mediante

aceitação em grande escala, das chamadas “moedas de privatização”, títulos representativos da dívida pública federal. São dívidas contraídas pelo governo federal, aceitas como forma de pagamento das ações das empresas estatais que estão sendo privatizadas, assim, o governo federal reduz o seu endividamento e liquidar os compromissos financeiros proveniente dessas dívidas (LACERDA, 2010).

2.5 A BALANÇA COMERCIAL E A ECONOMIA BRASILEIRA

Segundo Lacerda (2010), o processo de abertura comercial é uma crença de que o livre comércio pode proporcionar desenvolvimento, com melhorias na qualidade de vida da população, possibilitando o crescimento econômico advindo da melhor eficiência alocativa dos fatores de produção. Em 1980, a política econômica brasileira caracterizou-se pelo ajuste determinado pela crise do endividamento externo, assim, a política de comércio exterior esteve fortemente voltada para a obtenção de superávits comerciais por meio de contenção de importações e incentivos às exportações. Com a abertura do comércio ocorreu uma profunda reestruturação industrial no Brasil, trazendo benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, com melhores preços e tecnologias, embora com impactos negativos sobre o nível de emprego e um grande desafio para os produtores locais, que sofreram com a tributação e juros elevados, carência de infra-estrutura e excessiva burocracia.

Quando Fernando Collor de Mello assumiu o governo nesse contexto econômico em 1990, adotou planos de estabilização e ambos implicaram retratação da atividade econômica com objetivo de resultados nas medidas fiscais e monetárias. O Plano Collor I combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras, e a reforma administrativa que fechou órgãos públicos e demitiu inúmeros funcionários. O Plano Collor II foi adotado em situação de desespero devido à reaceleração da inflação e marcou o período de 1990-1992 por forte recessão (com queda de 10% no PIB), aumento do desemprego e queda dos salários (LACERDA, 2010).

A década de 1990 no Brasil foi marcada por mudanças relevantes na política de comércio exterior, o governo Collor iniciou o processo de abertura comercial, que

provocou grande aumento do grau do risco das empresas brasileiras, por conta da concorrência externa. Para ajudar o comércio interno o governo tomou medidas com o objetivo de incentivar a competitividade, tais medidas visavam o direcionamento de recursos financeiros em programas de qualidade, tecnologia e substituição de processos (VIEIRA, 2005).

Com a expansão da demanda e a apreciação da taxa de câmbio houve dificuldades para o setor externo brasileiro. No primeiro ano da implantação do Plano Real as importações cresceram mais de 70% e as exportações 20%, em relação ao ano anterior assim começou a surgir déficit na balança comercial, que durante o período de 1990/1994 acumulou um superávit de aproximadamente US\$ 64 bilhões, já em 1995/2000 ultrapassou um déficit de US\$ 24,2 bilhões (ALVES, 2005).

3 METODOLOGIA

Nesta seção, o objetivo é apresentar a metodologia adotada para responder ao problema de pesquisa deste trabalho. Para tanto foi necessário definir os métodos, as técnicas e procedimentos de coleta de dados, assim como o procedimento de análise de dados, no anseio de atingir o objetivo proposto.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo será realizado por meio de uma pesquisa descritiva, caracterizado por uma pesquisa documental, cuja análise será predominantemente qualitativa. Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa irá descrever as características da balança comercial, trazendo dados sobre sua evolução e relacionando com as políticas econômicas a partir dos anos 1990.

3.2 COLETA DE DADOS

Segundo Gil (2002), a pesquisa documental é caracterizada por dados brutos ainda não trabalhados, assim como oriundos de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Na presente pesquisa pretende-se coletar os dados da balança comercial no período entre 1990 a 2010, encontrados nas bases de dados da revista FGV/IBRE, “Conjuntura Econômica”, do site IBGE, site Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e site do Banco Central, além de referências que relacionam os dados com as Políticas Econômicas de 1990 a 2010.

Os dados serão coletados em Agosto de 2017, por meio de tabelas expostas por dados acumulados do setor externo, apontando o período, o total de exportações e importações, o saldo comercial brasileiro e os dados de variação de um ano a outro.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após o levantamento dos dados, os mesmos serão analisados e interpretados a partir do comportamento das exportações e importações brasileiras no período de 1990 a 2010, serão criados gráficos para demonstrar a evolução positiva ou negativa da balança comercial para cada período, com referências documentais explicando o comportamento das exportações e importações, diante do Balanço de Pagamentos, do Câmbio e Inflação e das Privatizações.

A presente pesquisa de análise de dados será predominantemente qualitativa, que segundo Gil (2002), depende de fatores como a natureza da coleta de dados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos que estão em torno da investigação.

O estudo é predominantemente qualitativo na medida em que busca compreender os fatores que influenciam no comportamento da balança comercial cujo equilíbrio entre as importações e exportações recebem os reflexos das políticas econômicas adotadas e do comportamento adotado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 POLÍTICAS DE GOVERNO: PERÍODO DE 1990 A 2010

Diante das políticas econômicas que serão apresentadas a seguir, as determinantes Câmbio, Inflação e PIB, serão vistas como medidas políticas adotadas pelos governos para equilibrar a economia brasileira.

Tabela 1. Determinantes da Economia Brasileira (1990-2010)

ANO	Taxa de câmbio – US\$/R\$	IGP-DI	PIB (milhões)
1990	0,0001	0,002	R\$11.548,80
1991	0,0004	0,012	R\$60.286,01
1992	0,0045	0,127	R\$640.958,91
1993	0,1186	2,799	R\$14.097,12
1994	0,844	70,162	R\$349.205,00
1995	0,9715	117,492	R\$709.537,00
1996	1,0386	130,528	R\$857.857,00
1997	1,1156	140,855	R\$955.464,00
1998	1,2079	146,33	R\$1.005.986,00
1999	1,7882	162,894	R\$1.092.276,00
2000	1,9546	185,327	R\$1.202.377,00
2001	2,3196	204,529	R\$1.316.318,00
2002	3,5325	232,149	R\$1.491.183,00
2003	2,8884	285,074	R\$1.720.069,00
2004	2,6536	311,876	R\$1.958.705,00
2005	2,3399	330,481	R\$2.171.736,00
2006	2,1372	336,182	R\$2.409.803,00
2007	1,7705	353,265	R\$2.718.032,00
2008	2,3362	392,943	R\$3.107.531,00
2009	1,7404	399,983	R\$3.328.174,00

2010	1,6654	422,292	R\$3.886.835,00
------	--------	---------	-----------------

Fonte: Dados Ministério da Indústria Exterior e Serviços.

Tabela 2 – Dados do setor externo Balança Comercial (1990-2010), em Milhões de Dólares

PERÍODO	TOTAL DE EXPORTAÇÃO	TOTAL DE IMPORTAÇÃO	SALDO
1990	31.414	20.661	10.752
1991	31.620	21.040	10.580
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.664	-3.158
1996	47.747	53.301	-5.554
1997	52.990	61.347	-8.357
1998	51.120	57.594	-6.474
1999	48.011	49.272	-1.261
2000	55.086	55.837	-751
2001	58.223	55.572	2.651
2002	60.362	47.240	13.122
2003	73.084	48.291	24.793
2004	96.475	62.835	33.640
2005	118.309	73.551	44.758
2006	137.470	91.384	46.086
2007	160.649	120.621	40.028
2008	197.942	172.975	24.967
2009	152.995	127.722	25.273
2010	201.914	181.768	20.145

Fonte: Dados da Revista FGV-IBRE

4.1.1 Governo Collor: Período de 1990 a 1992

De acordo com PEREIRA (1991), o Plano Collor incluía algumas medidas de estabilização de curto prazo, como reforma monetária, ajuste fiscal, a introdução de uma taxa de câmbio flutuante, e medidas de estabilização de médio prazo, como liberalização comercial do exterior e privatização.

CARVALHO (2002) destaca que o Plano Collor abarcou tanto medidas de estabilização monetária quanto ações que dizem respeito à regulamentação da economia, privatização de empresas estatais, liberalização comercial, venda de imóveis da União, reforma administrativa, extinção de órgãos federais e um Plano Nacional de Desestatização.

Segundo MACIEL (2011), o plano Collor tinha por objetivo o combate à inflação, como um processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista.

Quando Fernando Collor de Mello assumiu o governo no contexto econômico em 1990, adotou planos de estabilização e ambos implicaram retratação da atividade econômica com objetivo de resultados nas medidas fiscais e monetárias. O Plano Collor I combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras, e a reforma administrativa que fechou órgãos públicos e demitiu inúmeros funcionários (LACERDA, 2010).

No Plano Collor I em 1990, havia grande fragilidade financeira do Estado, o aumento sobre o IPI, imposto sobre exportação e agricultura, a criação do IOF, o fim da política monetária expansiva e a reforma administrativa e privatização iniciaram o governo com planejamento de melhorias. O Câmbio era flutuante, pelo fim das licenças, liberados controles administrativos sobre a exportação e importação (MODENESI, 2005).

Até o fim a inflação caía consideravelmente, porém o governo passava por recessão profunda. Já no Plano Collor II em 1991, a indexação é a causa da retomada da inflação, pois os cortes de gastos e programas de fomento e competitividade industrial foram políticas Monetárias e Fiscais da época. O câmbio flutuante se

manteve como no Collor I, a inflação inicia uma trajetória ascendente, ou seja, que se eleva (MODENESI, 2005).

O Plano Collor queria derrubar a inflação de imediato, mas para tanto bastaria um congelamento de preços. Com o bloqueio se pretendia assegurar que as pressões inflacionárias não fossem repostas logo em seguida, como ocorrera de forma cada vez mais rápida e intensa nos três choques heterodoxos dos anos anteriores (CARVALHO, 2003).

De acordo com o estudo de CARVALHO (2003), o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros não atingiu o objetivo que era impedir que, após a queda da inflação, a monetização da economia se desse de forma tão rápida e desordenada e que levaria ao fracasso programas de estabilização anteriores. O Plano Collor pretendia superar o problema criando condições para que a oferta da nova moeda o cruzeiro, fosse mantida sob estrito controle.

Apesar das críticas a Collor, o Plano Collor I conseguiu baixar a inflação de 80% ao mês para 10% nos meses seguintes, o que não se manteve por muito tempo, logo a inflação chegou a 20% ao mês, sendo lançado a partir daí o Plano Collor II. Com o objetivo de combater a inflação, o Plano intervinha através da racionalização dos gastos nas administrações públicas, o corte das despesas e da aceleração do processo de modernização industrial e o corte de qualquer tipo de indexação da economia, pois causou a retomada da inflação (GIAMBIAGI, 2011).

De acordo com CARVALHO (2002), Collor implementou um programa de privatização com o objetivo de reduzir o déficit público e aumentar a eficiência dos serviços públicos, assim promover a modernização e a competitividade da economia. Collor ampliou e acelerou a privatização do setor público e estabeleceu uma agenda de privatização, que acabou sendo seguida por seu sucessor, Itamar Franco.

Para PINHEIRO (1999), o objetivo das privatizações era levar a melhoria do desempenho para as empresas estatais, visto que houve aumentos significativos para as vendas reais da empresa, bem como seu lucro líquido, o patrimônio líquido e o investimento e imobilizado da empresa privatizada.

Assim como aumentou-se a receita fiscal, com a criação dos certificados de privatização, ainda esperava-se, com a aceitação de cruzados novos como moedas

de privatização, evitar a necessidade de devolução da poupança financeira congelada no Banco Central ao setor privado quando da posse do novo governo, dessa forma dando uma solução mais duradoura para o problema da dívida pública e, indiretamente, para o do déficit fiscal (PINHEIRO, 1999).

VELASCO (1999) ressalta que no governo Collor, as privatizações não foram implementadas só com base na vontade política do Poder Executivo. Uma coalizão de sustentação baseada no mundo dos negócios foi criada, compensando a ausência de um apoio mais amplo das classes políticas em geral.

O Programa Nacional de Desestatização (PND) teve sua lógica originada diretamente ao programa de estabilização lançado no governo Collor, o que explica a decisão do governo de privatizar rapidamente, sem analisar o instável quadro macroeconômico da época (PINHEIRO, 1999).

Em relação à Balança Comercial do governo Collor, a liberalização comercial do exterior trouxe adversidades ao país nesse período. Pode-se observar na TABELA 3, a variação da Balança Comercial, que é consequência dos planos de estabilização do governo em discussão.

Tabela 3 - Variação da Balança Comercial (1990-1992)

ANO	Var. US\$ FOB EXP	Var. US\$ FOB IMP
1990	-8,63%	13,13%
1991	0,66%	1,83%
1992	13,20%	-2,81%

Dados: Ministério da Indústria Exterior e Serviços.

Ocasionado pelos Planos Collor ocorreu uma variação no Saldo da Balança Comercial, vindo de uma variação negativa em relação a 1989. O governo Collor aumentou as exportações até 1992, deixando a balança comercial com uma variação positiva de exportação em relação ao ano anterior. E em relação à importação, diminuiu de um ano para outro, se invertendo os papéis. A abertura comercial promoveu um superávit da balança comercial nesse período. Devido aos escândalos

causados pela acusação de corrupção de Collor, a renúncia do presidente deu início ao governo Itamar Franco, vice-presidente de Collor que assumiria a presidência do país (GIAMBIAGI, 2011).

4.1.2 Governo Itamar Franco: Período 1992 a 1995

A partir de 1994, impulsionado pelo Programa de Estabilização denominado popularmente de Plano Real, ocorreu uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira. Em virtude da redução drástica dos índices inflacionários (de 46,60% em junho de 1994, para 3,34% em agosto do mesmo ano), ocorreu um crescimento das atividades de consumo, produção e emprego (ALVES 2002, apud BATISTA JR., 2000, p. 121).

O Plano real foi uma estratégia de estabilização de preços, adoção de um regime monetário de metas cambiais, ajuste fiscal. O plano foi bem sucedido no combate inflacionário, a inflação reduziu drasticamente após a adoção do real, atingindo níveis não encontrados há décadas. O Plano também tinha como objetivo a eliminação da inércia inflacionária por meio de uma reforma monetária, pela proposta da moeda indexada (MODENESI, 2005).

Segundo MODENESI (2005), a tentativa de adoção do regime de metas monetárias não foi bem sucedida, pois a transição de uma alta da inflação para a de estabilização gerou um processo de remonetização. A interrupção do processo inflacionário gerou uma redução na velocidade da circulação da moeda. Como consequência da fixação de metas monetárias, implicou a perda de controle sobre a taxa de câmbio e o real se sobrevalorizou excessivamente sendo cotado R\$ 0.84 por um dólar norte americano em 1994. Essa sobrevalorização do real teve consequências positivas, pois ajudou a derrubar a inflação, fortalecer a credibilidade e provocar a redução dos preços dos produtos importados, forçando assim a queda dos preços internos e a aceleração do processo de modernização das empresas estabelecidas no país e assim, favorecendo as empresas na importação de máquinas e equipamentos.

A Reforma Monetária de Itamar tinha por objetivo reduzir o componente da inércia da inflação brasileira, inspirada na proposta da moeda indexada, rejeitada por Collor. A indexação apesar de amenizar os efeitos negativos da inflação sobre a economia, ela torna o processo inflacionário de difícil interrupção, dado o elevado componente inercial (MODENESI, 2005).

A indexação consistia na melhor solução a ser adotada para controlar a inflação, assim o processo inflacionário brasileiro tornara-se um fenômeno autônomo, que não era causado por excesso de demanda ou por falta de oferta, mas sim pela indexação de preços e rendimentos (MODENESI, 2005).

Em 1994, foi criada a Unidade Real de Valor, uma unidade de conta plenamente indexada, que evolui de acordo com a variação de índices de preços: IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) e IPC (Índice de Preço ao Consumidor), calculados pelo IBGE e pela Fipe. A adoção da URV era uma espécie de dolarização. O Banco Central do Brasil, venderia dólares sempre que REAL e DÓLAR se igualasse a 1, deixando a moeda americana flutuar livremente, introduzindo a banda cambial assimétrica cujo teto era igual a 1 URV. O Real se tornou uma moeda plena, completando a reforma monetária planejada pelo governo Itamar, assim a política cambial foi mantida (MODENESI, 2005)

No momento em que o Plano Real foi lançado, as condições externas eram favoráveis. Os Estados Unidos haviam lançado mão de políticas fiscais, monetárias e de crédito expansivo o que reduziu os juros e levou a um aumento

da liquidez internacional e o retorno do capital aos países em desenvolvimento, assim existiam as condições necessárias para um plano de estabilização baseado na âncora cambial (PIRES, 2010).

O processo de liberalização comercial e financeiro já havia igualmente começado no governo Collor, mas o planejamento fiscal para gerar superávits era um elemento central do Plano Real. A estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real passou a ser preservação da política macroeconômica dos governos seguintes (PIRES, 2010).

De 1990 a 1994 foram privatizadas 33 empresas, o que gerou para o governo Collor e Itamar receitas totais de US\$ 8,6 bilhões e a transferência para o setor privado

de US\$ 3,3 bilhões em dívidas. A maioria das empresas privatizadas estava na indústria de transformação, com maior concentração nos setores siderúrgicos, petroquímicos e de fertilizantes. As empresas selecionadas à privatização pertenciam a setores propensos a criar um ambiente de competição (PINHEIRO, 1999)

No governo Collor, com a instituição de um programa federal de desestatizações mais amplo, o atual PND. A mudança de patamar que significou o PND pode ser verificada com uma comparação dos resultados: ao final do governo Collor, 16 processos de desestatização haviam sido concluídos, a um valor total aproximadamente de US\$ 3,9 bilhões, comparados com a arrecadação de US\$ 549 milhões, em 17 processos, do período anterior (VELASCO, 1999).

Segundo AVERBURG (2003), a evolução do comércio exterior brasileiro com a América Latina, o Caribe, a Ásia, o Nafta e a União Européia, mantinha um saldo comercial positivo até 1994, de US\$10.466 milhões, ou seja, o Brasil exportava mais do que importava, mas após o Plano Real, no entanto, a situação começou a mudar e já em 1995 o saldo se inverteu, para US\$ -3.158 milhões, conforme o GRÁFICO 1.

Com o real sobrevalorizado em 0,84 em 1994, a importação aumentou em 30.97% de 1993-1994 e 50,13% de 1994-1995. Resultante do pequeno crescimento das exportações e do aumento rápido e exagerado das importações que passaram de 33.079 milhões de dólares em 1994 para 49.664 milhões de dólares em 1995, resultando em um déficit na Balança Comercial de US\$ -3.158 milhões de dólares, para sucessivos déficits nos anos seguintes, conforme GRÁFICO 1.

Logo o país entrando em crise generalizada nos setores ligados à exportação, que perderam competitividade devido ao baixo valor do dólar, com perda de mercados e falência de indústrias, principalmente as pequenas e médias empresas, que não conseguiram enfrentar a concorrência dos produtos importados, o aumento do desemprego e a falência de empreendimentos econômicos que auxiliavam no processo de modernização e reestruturação das empresas (BRUM 2010).

O autor GIAMBIAGI (2011), considera que em relação à Balança Comercial 1990 a 1994, deve-se levar em conta a recessão sofrida pela economia no início do período e a intensificação da abertura comercial.

Nos dois primeiros anos (1990-91), houve uma forte retração nas exportações [...], entretanto nos três anos que se seguiram as exportações, especialmente as de manufaturados, tiveram um comportamento significativamente expansivo. Assim considerando 1990 como ano-base, as exportações de básicos (em US\$) em 1994, encontravam-se num patamar de 26,3% superior enquanto as de manufaturados cresceram 46,8% (GIAMBIAGI, 2011).

Já as importações, GIAMBIAGI (2011) explica que a “tarifa média de importação caiu de 32,2% para 14,2%, provocando então um aumento significativo das importações”, gerando grande déficit na Balança Comercial brasileira, como pode ser visto nas porcentagens de variação da TABELA 4.

Tabela 4 - Variação da Balança Comercial (1990-1994)

ANO	Var. US\$ FOB EXP	Var. US\$ FOB IMP
1990	-8,63%	13,13%
1991	0,66%	1,83%
1992	13,20%	-2,81%
1993	7,72%	22,88%
1994	12,94%	30,97%

Dados: Ministério da Indústria Exterior e Serviços.

A criação do Real impactou diretamente na Balança Comercial. Sua sobrevalorização incentivou as importações de bens, obtendo uma variação positiva, aumentando 22,88% em 1993 e aumentando 30,97% em 1994, enquanto as exportações, apesar de obter aumento, não se comparam com expansão das importações.

4.1.3 Governo FHC: Período 1995 a 2003

O governo FHC, precisou desacelerar a economia para evitar uma crise de balanço de pagamentos e em 1996, assim normalizou os mercados financeiros internacionais, melhorou o desempenho das contas externas do país e promoveu uma nova retomada de crescimento da economia, que iria até junho de 1997. (ALVES 2002, apud BATISTA JR., 2000, p. 121).

O Plano Real, atingiu a estabilização econômica desejada, principalmente no controle da inflação, visto que antes do Plano Real a inflação era de 50,0%, e a taxa de inflação no governo posterior em 2001 a 2002, foi de aproximadamente 9.90% medida pelo Índice Geral de Preços - DI. Visto uma redução das alíquotas de importação mais a apreciação cambial, a estratégia de estabilização foi dependente do setor externo, por uma forte pressão da demanda interna e o relevante impulsionamento das importações. Assim a queda da inflação favoreceu ascamadas de menor poder aquisitivo da população (VIEIRA, 2005).

O primeiro mandato de FHC, em 1995 iniciou com receio de não conseguir manter a estabilização, pois houve nessa época crise externa e as reservas internacionais vinham diminuindo continuamente (conforme GRÁFICO 2). Foi aplicado um conjunto de medidas como uma desvalorização de 6% no câmbio e uma alta taxa nominal que aumentou 10% de um mês a outro. Assim os investidores voltaram e as reservas internacionais subiram, ao mesmo tempo em que a taxa de inflação caiu o longo de quatro anos consecutivos (GIAMBIAGI, 2011).

O governo FHC preferiu manter a taxa de câmbio real sobrevalorizada, apesar de lidar com uma situação externa difícil em relação à exportação, do que se arriscar a altas taxas de inflação, como era experiência vivida pelo México em 1995. Isso automaticamente impactou na balança comercial visto no GRÁFICO 1 - DADOS DA BALANÇA COMERCIAL (1990-2010). A seguir, onde destaca de 1995 a 1999, com déficit considerado contornáveis pelo governo FHC (GIAMBIAGI, 2011).

Nesse caso pode-se considerar então que a política cambial pode ser dividida em quatro etapas. A primeira em 1994, com câmbio flutuante, onde o Banco Central não intervém no câmbio deixando flutuar livremente, visto que não havia pressão para o Real se desvalorizar. A segunda ainda em 1994 foi um período de câmbio fixo, onde se manteve o valor de R\$ 0,84/US. A terceira fase em 1995 o Banco Central foi obrigado a desvalorizar o real em 5% e adotar uma Banda Larga de flutuação para a moeda nacional, e finalmente no final de 1995 a política cambial assumiu uma fase de inclinação positiva e passaram a ser ajustadas, de forma que a desvalorização do real foi a 0,6% a.m. definindo uma fase ascendente linear da taxa de câmbio (MODENESI, 2005).

Em decorrência da desvalorização cambial de 1999, no auge da crise da globalização no Brasil, teve uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira, puxada pela redução da taxa de juros, substituição de importações e o crescimento das exportações, ocorridas nos anos 2000. Os ciclos curtos e instáveis de crescimento da economia capitalista no Brasil não conseguem ocultar a lógica predatória do capital (ALVES, 2002).

Quando Armínio Fraga assumiu presidência do Banco Central, anunciou duas providências imediatas, a elevação da taxa de juros básica e o início dos estudos para adoção do sistema de metas de inflação (GIAMBIAGI, 2011).

No primeiro trimestre de 1999, a desvalorização do real teve êxito e não ocorreram os efeitos inflacionários temidos pelo governo. Em março de 1999, a taxa de câmbio atingiu um pico de R\$ 2,16/US\$ e em abril R\$ 1,67/US\$, apesar da variação a taxa se manteve a menos de R\$ 2,00/US\$. A inflação acumulada em 1999, medida pelo IPCA ficou em 8,9%, situando-se dentro do intervalo de flutuação (MODENESI, 2005).

Em 2000, a taxa de câmbio se elevou e posteriormente se estabilizou em R\$ 2,00/US\$, e a taxa de inflação era de 8,9%, sendo que a meta de inflação era de 6 a 10,0%, ainda considerado pelo Banco Central dentro do intervalo de flutuação estabelecido pelo CMN. Já em 2001 começaram choques adversos como crise no setor energético, aumento do petróleo e a desaceleração da economia mundial. Diante dessas condições ocorreu uma desvalorização cambial, chegando a R\$ 2,84/US\$, representando uma variação de 42%. Consequentemente o Banco Central do Brasil reverteu o processo de flexibilização da política monetária para conter a inflação (MODENESI, 2005).

No ano de 2002, apesar de super desvalorizado o câmbio a taxa se estabilizou e manteve-se em aproximadamente R\$ 2,40/US\$ no primeiro semestre. A partir daí o câmbio se desvalorizou ainda mais chegando a média de R\$ 3,70/US\$ no segundo semestre de 2002. Como resultado da desvalorização cambial a inflação subiu cerca de 60%, chegando a 12,5%. Foi a maior taxa média de inflação registrada desde a implementação do regime de metas de inflação (MODENESI, 2005).

Difícil conter a inflação a partir dos dados registrados de câmbio desvalorizado. No primeiro semestre de 2003 a taxa acumulada de inflação atingiu 9,3%, no segundo semestre de 2003 o resultado foi mais favorável chegando a uma taxa acumulada de 2,49%. O governo elevou a taxa selic em até 16,5% revertendo o processo de depreciação do real, abrindo espaço para a flexibilização da política monetária, o que valoriza timidamente o real levando a uma taxa de câmbio média de R\$ 2,90/US\$ no ano de 2003 (MODENESI, 2005).

As privatizações transferiram para o setor privado empresas deficitárias ou superavitárias com níveis inadequados de investimento. O governo instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), impedindo uma crise financeira no país. Também privatizou a maioria dos bancos estaduais mediante negociação com os governadores e facilitou a entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro para ampliar a concorrência do setor. A privatização favoreceu um processo de conglomeração deixando o mercado com menos instituições, porém mais fortes, ampliou o capital para a constituição de bancos e por fim melhorou o nível de risco do sistema por parte do Banco Central (GIAMBIAGI, 2011).

As privatizações no governo FHC caracterizaram-se pela venda de empresas prestadoras de serviços públicos. No governo deu ênfase para as áreas de telecomunicações e energia. O primeiro governo FHC foi marcado por um déficit primário das contas públicas e por déficits em conta corrente expressivos. A privatização permitia que os elevados déficits públicos não pressionarem mais ainda a dívida pública (GIAMBIAGI, 2011).

O Programa Nacional de Desestatização, desenvolvido no decorrer da “década neoliberal”, desde o governo Collor, principalmente com a privatização das empresas siderúrgicas, de telecomunicações e de energia elétrica, tende a atrair uma exuberância de capitais externos. Enquanto os governos Collor e Itamar priorizaram a transferência de ativos públicos dos segmentos de insumos básicos (siderurgia, fertilizantes e petroquímica), o governo Cardoso privilegiaria as áreas de transporte, mineração e telecomunicações (ALVES 2002, apud. BIONDI, 1999; 2000).

No governo Cardoso, a partir de 1995, queria ampliar o alcance da privatização, por meio da decisão de acabar com os monopólios do setor público na área de infraestrutura e a decisão dos governos estaduais de também desenvolver seus próprios programas de privatização. Ao todo, as 80 privatizações do período 1995-1998 somaram US\$ 60,1 bilhões em receitas e permitiram a transferência de US\$ 13,3 bilhões em dívidas (PINHEIRO, 1999).

O poder público só conseguiu aprovar a expansão das privatizações dos setores de telecomunicação e de gás após o alcance da estabilização, e assim também conseguiu facilitar a aprovação de emendas constitucionais para as áreas de mineração e eletricidade. Por motivos fiscais, a política econômica limitava o acesso das estatais ao financiamento doméstico e externo (PINHEIRO, 1999).

O mais importante fator, que contribuiu para a expansão da privatização no governo Cardoso, foi o papel que a privatização desempenhou na sustentação do Plano Real. Com as grandes vendas de 1997-1998, o Brasil foi capaz de se levantar financeiramente, o que ajudou a financiar os altos déficits em conta corrente, pelos crescentes déficits públicos registrados desde 1995 (PINHEIRO, 1999).

Em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse, e era esperada pela população uma rápida aceleração da privatização, mas o governo tinha dúvidas se, de fato, as reformas constitucionais que acabava com os monopólios públicos de petróleo, gás e telecomunicações iam deslançar na venda de estatais ou se serviriam apenas para permitir novos investimentos privados nesses setores (PINHEIRO, 1999).

Essa situação refletia-se também na falta de maior compromisso público com a venda da Companhia Vale do Rio Doce, uma mineradora cuja privatização dispensava o estabelecimento do complexo aparato regulatório que precisava ser criado para outras grandes estatais (PINHEIRO, 1999).

Diversos avanços foram observados no governo Cardoso, como o recorde de receitas anuais com a venda de estatais no Brasil em 1996; as privatizações superaram os anos anteriores em 1997 e 1998. Foram privatizados nesses três anos, importantes setores da economia brasileira, como telecomunicações, transportes,

eletricidade etc. dentre esses setores alguns foram parcial e outros inteiramente transferidos para a iniciativa privada.

Do total de pouco menos de US\$ 30 bilhões, cerca de 78% seriam obtidos no âmbito federal, indicando a perda de fôlego das privatizações estaduais, após dois anos de significativos resultados. O setor elétrico responde pela maior parcela das receitas (43%), seguido das telecomunicações – ainda que nesse caso a quase integralidade das receitas diga respeito a privatizações já ocorridas, mas cujo pagamento foi parcelado como por exemplo o da Telebrás. As receitas com instituições financeiras correspondem ao Banespa US\$ 1 bilhão, IRB US\$ 400 milhões e aos bancos estaduais (da Bahia, do Ceará, do Maranhão e do Paraná). As receitas com participações minoritárias estão distribuídas entre as ações da Petrobras em poder do governo além do necessário para o controle da empresa (US\$ 3 bilhões) e sobras dos leilões da Vale US\$ 500 milhões e de empresas do setor elétrico US\$ 1,6 bilhão (PINHEIRO, 1999).

Com as privatizações, em apenas cinco anos o Estado se retirou quase inteiramente de setores que gerenciou com exclusividade por várias décadas. Ao final de 1998, os investidores privados controlavam todo o setor de telecomunicações e ferrovias, os maiores portos do país, algumas de suas principais rodovias, dois terços da distribuição e uma grande parte da geração de eletricidade e uma parcela do setor de água e saneamento (PINHEIRO, 1999).

De 1995 a 1996 foram arrecadados US\$ 5,1 bilhões, em 1997 o valor de US\$ 4,26 bilhões e até 2002 em torno de US\$ 34,7 bilhões. Desde a criação do PND até 2002, foram 68 empresas privatizadas, rendendo ao governo federal um valor de resultado de vendas US\$ 28,58 bilhões mais US\$ 9,20 em transferência de débitos. A arrecadação do governo foi em moedas de privatização cerca de 24% dos US\$ 37,78 bilhões, vieram de títulos de dívidas contraídas pelo Governo Federal no passado, 35,5% em forma de títulos de dívidas. No final de 2001, o Programa Nacional de Desestatização contabilizava uma receita total oriunda das privatizações US\$ 82 bilhões mais US\$ 18 bilhões de transferências de dívidas (LACERDA, 2010).

De acordo com PINHEIRO (1999), na década de 90, e até junho de 1999, o Brasil privatizou 119 empresas estatais, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em

receitas e a transferência para o setor privado de dívidas públicas no montante de US\$ 16,6 bilhões. Tão importante quanto o ambiente político será o próprio sucesso da privatização em atingir seus principais objetivos microeconômicos: aumentar o investimento e obter ganhos de produtividade, com a transferência de parte significativa desses ganhos para os consumidores, inclusive sob a forma de uma melhor qualidade dos serviços ofertados. Isso será particularmente importante nas áreas de infraestrutura que produzem serviços consumidos diretamente pelas famílias e pelas empresas em geral: eletricidade, telecomunicações, saneamento (cuja privatização já teve início) e, em menor escala, transportes.

No primeiro governo FHC, ocorreu um desequilíbrio externo, e a razão disso era o grande aumento das importações que se seguiu ao Plano Real, combinado com o nada especial desempenho das exportações. Enquanto as importações cresceram a uma taxa média de 21,8%, as exportações cresceram apenas 6,8%, onde deveriam ter sido anos de expansão do comércio exterior (GIAMBIAGI, 2011). De acordo com GIAMBIAGI (2011), apesar de o crescimento do PIB ter permanecido baixo, o país continuou com taxas de juros elevadas e houve grande melhora da balança comercial, que segundo a revista FGV-IBRE, passou de um déficit de US\$ -1.261 milhões em 1999 para um superávit de 13.122 em 2002.

De acordo com a TABELA 5, entre um mandato e outro as variações foram negativas tanto para exportação quanto para importação. De 1998 até o ano de 2000, variação se inverteu, reduzindo drasticamente as exportações e importações quando comparadas de um ano a outro.

Tabela 5 - Variação da Balança Comercial (1995-2002)

ANO	Var. US\$ FOB EXP	Var. US\$ FOB IMP
1995	6,80%	51,7%
1996	2,67%	6,75%
1997	10,97%	12,0%
1998	-3,48%	-3,32%
1999	-6,11%	-14,65%

2000	14,80%	13,28%
2001	5,75%	-0,45%
2002	3,69	-15,03%

Dados: Ministério da Indústria Exterior e Serviços.

4.1.4 Governo Lula: Período 2003 a 2010

O presidente Lula se elegeu em 2002 e em 2003 assumiu a presidência. Adotou como política de governo o que havia prometido na “Carta aos Brasileiros”, ou seja, manter a política macroeconômica do governo anterior, dando continuidade ao governo FHC (PIRES, 2010).

Em 2008 foi criado O Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP-2008), que financia a modernização da indústria e do setor de serviços nacional, apesar disso a deficiência do governo Lula é a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento (PIRES, 2010).

A política macroeconômica do governo Lula teve como prioridade a estabilidade monetária. Em relação ao crescimento, ao emprego, à renda e ao equilíbrio externo, esse governo foi mais favorável que o de FHC (PIRES, 2010). A política de metas de Inflação do governo FHC foi mantida nos dois governos de Lula. Essa política se baseia na fixação de uma meta de inflação para cada ano, com uma margem de tolerância e na manutenção de taxas de juros (taxa Selic) como principal plano para cumprir as metas de inflação. Assim o Banco Central monitora a inflação e aumenta ou diminui a Taxa Selic, lembrando que o aumento da taxa de juros inibe o investimento, pois restringe o crédito e desestimula a atividade produtiva, mas por outro lado atrai investidores externos o que pode provocar a valorização da taxa de câmbio (PIRES, 2010).

É a valorização do câmbio resultante do elevado diferencial de juros que tornam possível a transformação de grandes choques de oferta negativos em dólares em choques de oferta positivos em reais, quando comparamos as taxas de variação anualizadas dos preços das importações em dólares e em reais. [...] O efeito dos juros altos sobre a demanda agregada é o que impede que os choques de custo se transformem em aumentos da taxa de inflação (SERRANO, 2010, p.4).

Lula conseguiu manter a taxa de inflação baixa, mas a taxa Selic era superior ao último governo FHC, que em 2005 chegou a 11% a.a, se recuperando no segundo governo de Lula no qual a taxa Selic foi a 6%a.a (GIAMBIAGI, 2011).

Segundo GIAMBIAGI (2011), o governo diminuiu a cada ano as metas de inflação, de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004 e a partir de 2005 a taxa chegaria a 4,5%.

De 2003 a 2007, período que o governo Lula adotou a política com metas de inflação, a taxa foi de 9,3 em 2003 para 4,46 em 2007, e a média da taxa Selic de 2003 a 2008 foi de 17,13% (PIRES, 2010).

Além da política monetária voltada para estabilidade, Lula ainda deu continuidade à restrição fiscal do governo anterior, gerando superávits primários que contribuem para reduzir o nível de demanda agregada na economia e assim ajudam no controle da inflação (PIRES, 2010).

Diante de um quadro de desvalorização do dólar e da melhora do balanço de pagamentos do Brasil, houve um considerável aumento na taxa cambial do Brasil nesse período. Quando se compara o governo Lula com o governo FHC, têm-se uma notável melhora no crescimento do país, mas quando se compara o Brasil ao resto do mundo, as taxas de crescimento foram consideradas pequenas (PIRES, 2010).

Segundo TRENNEPOHL (2011), tornava-se necessário ajustar a política cambial, reduzindo aos poucos a taxa de juro, o que era também necessário para manter sob controle a inflação. Para contornar essa situação, o governo Lula indicou para a Presidência do Banco Central Henrique Meirelles, que tinha um grande reconhecimento internacional. Mediante uma política monetária ortodoxa e a defesa do equilíbrio fiscal, Henrique Meirelles manteve sob controle a inflação e conquistou a confiança internacional. Ocorreu também a aproximação do governo Lula com vários países, ampliando, dessa forma, a pauta de exportação brasileira. O presidente tornou-se importante liderança no âmbito mundial, em que o seu discurso era em defesa de países que tinham sérios problemas sociais.

Em 2007, no segundo mandato do governo Lula, percebe-se um amadurecimento da economia brasileira, contribuindo para a retomada do crescimento econômico. A política cambial continua se refletindo de forma positiva e

de forma negativa na sociedade, ou seja, barateando o custo dos bens de capital importados, mas dificultando a concorrência no mercado internacional para os exportadores. Mas também há fatores que podem se refletir de forma positiva no desenvolvimento brasileiro, o pré-sal, por exemplo, gerou recursos para contribuir a diminuir a dívida interna, como também gerou mais recursos para serem investidos para qualificar o crescimento econômico, e diminuir a desigualdade social (TRENNEPOHL, 2011).

Em 2008, o Brasil passou por uma crise que baixou a taxa de câmbio, reagindo apenas em 2010. A inflação se manteve dentro da meta estabelecida pelo governo, mas a crise diminuiu a exportação e a importação do país (GIAMBIAGI, 2011).

Em 2012 o governo lança o Programa de Investimento em Logística para dar continuidade ao crescimento econômico do Brasil. O programa tinha por objetivo a privatização por meio das concessões dos modais rodoviários, ferroviários, portos e aeroportos de todo o Brasil para melhorar as vias de transportes dando ênfase na dinamização e aquecimento da economia (COSTA, 2017).

Apesar dos impasses gerados pelas privatizações das empresas públicas, elas não acabaram totalmente no governo de FHC, tendo continuidade no governo Lula que, em 2007, teve leiloados 2,6 mil quilômetros de rodovias pela regra da menor tarifa, por meio de concessão para o setor privado (COSTA 2017, apud KHAIR, 2012, p. 7).

A privatização ocorre quando há venda total do patrimônio público para o setor privado, e a concessão, quando ocorre a venda parcial de sua administração para explorar os recursos da empresa por um tempo que é determinado em contrato entre o setor privado e o público, havendo normas que regem essa atuação (COSTA 2017, apud Xavier 2015, p.3).

Quando é feita a concessão de estradas para uma empresa privada, existe por parte do governo interesses estratégicos como livrar-se da responsabilidade de manutenção das estradas de maior tráfego de transportes. Pois o governo precisa garantir para o povo a construção e a manutenção de estradas, qualidade na prestação de serviços entre outros aspectos que levam a um volume de investimentos financeiros altos e leva à obrigação de cumprimento de prazos e à oferta de estradas em reais condições de atendimento à sociedade. Se, por um lado, o governo, ao

privatizar as rodovias através das concessões, se desobriga de investir e manter este serviço, por outro, o vendedor do leilão de concessão assume toda a responsabilidade de cumprir os compromissos assumidos nas diretrizes do contrato, ao mesmo tempo em que ganha o direito de explorar economicamente, por determinado período de tempo, o trecho concedido beneficiando enormemente o governo (COSTA 2017, apud RESENDE 2011, p. 11).

Segundo PIRES (2010), no governo Lula, não se falou mais em privatização do Banco do Brasil, o BNDES mudou seu papel e começou a funcionar como banco de desenvolvimento.

BOITO (2006) critica o processo de privatização das empresas estatais:

Grandes empresas industriais, como o Grupo Votorantim, Gerdau e Vicunha; grandes bancos, como o Itaú, Bradesco, Unibanco; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro, apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas telefônicas, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias, etc. Estas empresas estão hoje entre as mais lucrativas do capitalismo brasileiro (BOITO, 2006, p. 7).

De acordo com MACHADO (2016) no governo Lula os maiores trajetos ferroviários projetados foram a Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia Transnordestina, que receberam investimento público, porém, a operação das linhas foi concessionada para a iniciativa privada.

Pode-se dizer que ao contrário de FHC que passou por diversas crises internacionais, a partir de 2003 o quadro internacional foi favorável. Esse bom desempenho da economia norte-americana e da chinesa provocou uma forte elevação nos preços e na demanda por commodities aumentando a exportação do Brasil e gerando saldos comerciais positivos e crescentes (PIRES, 2010).

De 2002 a 2007, as exportações cresceram em média mais de 9% a.a, apesar da apreciação do real. Além de que o crescimento mundial provocou forte aumento dos preços internacionais das *commodities* o que de certa forma compensou o efeito negativo da apreciação cambial sobre as exportações. O desempenho da balança

comercial do governo Lula impressiona, pela dimensão dos superávits observados no período (GIAMBIAGI, 2011).

Como podemos ver no GRÁFICO 1, a balança comercial aumentou consideravelmente, obtendo um saldo positivo durante todo o governo Lula.

Em 2008 com a crise externa a exportação diminuiu cerca de US\$44.947 milhões para 2009 e a importação diminuiu US\$45.253 milhões para 2009, mas mesmo assim mantendo um saldo positivo na balança comercial, em 2010 as exportações e importações voltam a subir consideravelmente ultrapassando o ano de 2008 e 2009.

De acordo com GIAMBIAGI (2011), o governo Lula teve sucesso, mas não se pode deixar de considerar os fatores externos que cercaram o país nessa época, como as altas taxas de crescimento na China, o aumento da demanda mundial por *commodities* e outros fatores. Embora a crise de 2008-2009 tenha castigado o país acabou gerando efeitos benéficos sobre a imagem externa, pois além de não gerar uma crise no balanço de pagamentos nem uma alta na inflação, não houve queda nos níveis de consumo e emprego e observando o GRÁFICO 2, o Brasil continuou com elevadíssimos níveis de reservas internacionais.

Tabela 6 - Variação da Balança Comercial (2003-2010)

ANO	Var. US\$ FOB EXP	Var. US\$ FOB IMP
2003	21,12%	2,29%
2004	32,07%	30,03%
2005	22,60%	17,13%
2006	16,26%	24,12%
2007	16,58%	32,04%
2008	23,21%	43,42%
2009	-22,71%	-26,17%
2010	31,98%	42,32%

Dados: Ministério da Indústria Exterior e Serviços.

De acordo com TABELA 6, o Governo Lula teve uma variação positiva da Balança Comercial na maior parte de seu mandato. Em 2003 o aumento das exportações foi de 32,07% em relação ao ano anterior e as importações tiveram uma variação positiva de 30,03%. Segundo o GRÁFICO 1, no ano de 2004 o Brasil teve um superávit de 33.640 na balança comercial. Nos anos seguintes a variação também foi positiva com superávit na Balança Comercial em todo o mandato, mas com uma variação normal de crescimento das exportações e importações.

4.2 COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL

GIAMBIAGI (2011) destaca que em 1990 o país estava vivendo uma hiperinflação e o Plano Collor I conseguiu baixar a inflação de forma significativa, já em 1991 as taxas voltaram a subir, assim conclui se que só com a adoção do Real que ocorreu a estabilização inflacionária.

Com a expansão da demanda e a apreciação da taxa de câmbio, houve dificuldades para o setor externo brasileiro. No primeiro ano da implantação do Plano Real as importações cresceram mais de 70% e exportações 20%, em relação ao ano anterior assim começou a surgir déficit na balança comercial, que durante o período de 1990/1994 acumulou um superávit de aproximadamente US\$ 64 bilhões, já em 1995/2000 ultrapassou um déficit de US\$ 24,2 bilhões (ALVES, 2005).

Gráfico 3 - DADOS DA BALANÇA COMERCIAL (1990-2010)



Dados: Revista FGV-IBRE

Conforme o GRÁFICO 1, podemos observar que durante os 20 anos estudados houve grandes variações na balança comercial. Durante o projeto foi tentado explicar de acordo com as políticas econômicas os principais motivos para as eventuais mudanças ocorridas.

Se compararmos o governo Collor e Itamar, o nível de exportação e importação se elevou singelamente, e a partir da criação do Real o quadro se inverteu, pois com a valorização da taxa cambial as importações tomaram a frente dos negócios internacionais, o que gerou um déficit na balança comercial até os anos 2000, e as exportações só voltaram a tomar frente invertendo o saldo no fim do governo FHC em 2001 e 2002.

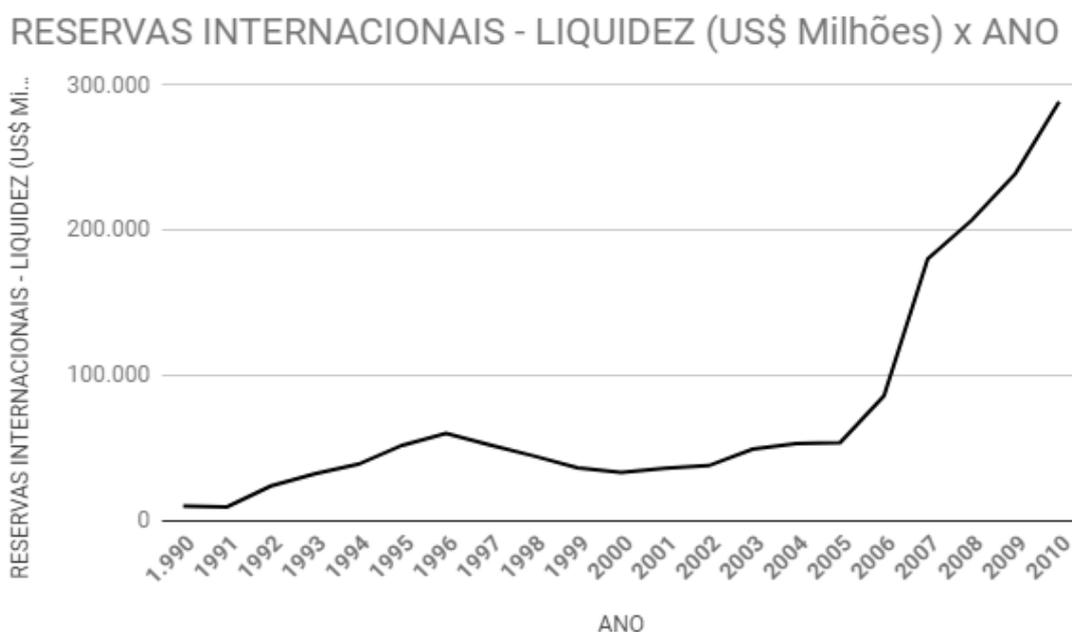
As reservas internacionais começaram a subir no governo Itamar pela criação do real, mas com o aumento excessivo das importações e mais as crises externas que o governo FHC passou, já era de se esperar que tivessem um grande impacto na balança comercial e consequentemente na perda de investidores externos. Logo as

reservas internacionais diminuíram seu crescimento até 1998, quando despencou de 44.556 milhões de dólares para 33.011 milhões de dólares até o ano 2000, voltando a aumentar em 2003, conforme GRÁFICO 2.

Quando Lula assumiu a presidência em 2003, o objetivo era manter o país estabilizado, assim conseguiu desvalorizar o câmbio sem alterar consideravelmente a inflação, consequentemente aumentando as exportações e importações a um nível nunca visto no Brasil, e aumentando consideravelmente as reservas internacionais do país que passaram de US\$ 53.800 milhões em 2005, para US\$ 288.575 milhões em 2010.

Em 2008 com a crise externa os negócios internacionais diminuíram bastante, mas, ainda assim, mantendo o saldo da Balança Comercial positivo e se comparar o GRÁFICO 1, com o GRÁFICO 2, as reservas internacionais eram consideravelmente altas no governo Lula, pois a desvalorização do câmbio e as altas taxas de juros atraíram o exterior para investir no Brasil.

Gráfico 4 - RESERVAS INTERNACIONAIS (1990-2010)



Dados: Revista FGV-IBRE

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem por objetivo analisar o comportamento e a evolução da Balança Comercial Brasileira em relação às diferentes políticas econômicas adotadas no período de 1990 e 2010.

A pesquisa foi realizada através de pesquisa documental descritiva, utilizando referências e dados secundários que demonstraram a evolução positiva ou negativa da Balança Comercial. Foram analisados quatro governos para a realização da pesquisa: Governo Collor: Período de 1990 a 1992, Governo Itamar Franco: Período 1992 a 1995, Governo FHC: Período 1995 a 2003 e o Governo Lula: Período 2003 a 2010.

A partir do conhecimento buscado na revisão de literatura foram caracterizados os determinantes econômicos, balanço de pagamentos, câmbio e inflação e privatização, verificando-se o comportamento de cada item de acordo com as políticas econômicas adotadas de 1990 a 2010.

Os governos do período em estudo priorizavam a estabilidade de preços mais ainda que o desenvolvimento do país, as políticas de governo eram todas voltadas para controlar a inflação, cada governo é a continuidade do outro, e todos queriam estabilizar os preços. Como consequência de cada política econômica adotada pelo governo, afetada direta ou indiretamente o mercado externo, a exportação e importação nessa fase não eram prioridade para os governos.

No período de 1990 a 1993 houve crescimento da balança comercial brasileira, porém em porcentagem pequena, mas, ainda assim, o país apresentava superávits, com a exportação maior do que a importação de bens. O que precisa ser levado em consideração é que nesse período o sistema externo era favorável.

Diante das crises externas que envolveram o Brasil de 1995 a 1998, segundo GIAMBIAGI (2011) o que salvou as reservas internacionais foi o êxito da privatização da Telebrás, pois a balança comercial brasileira estava convivendo com déficits elevadíssimos nessa época, o que segundo GIAMBIAGI (2011) não preocupava tanto o governo nesse período, considerado por FHC como déficits contornáveis. Esse déficit era consequência do câmbio sobrevalorizado após a criação do Real.

Em 2001 o saldo se inverteu e FHC conseguiu estabilizar a balança comercial com 2.651 bilhões de dólares em saldo positivo. Consequência da desaceleração da economia mundial, que diante dessas condições verificou-se uma desvalorização cambial, que chegou a R\$ 2,84/US\$ em 2002. A partir daí o saldo da balança comercial só aumentou e a transição para o mandato de Lula começaria estável.

No governo Lula, as políticas econômicas continuaram as mesmas de FHC. Para manter a estabilização da economia, o governo conseguiu manter a taxa de câmbio próximo de R\$2,50/US\$, por todo o mandato, sem que interferisse diretamente na inflação, e em consequência disso as exportações aumentaram cada vez mais, seguido pela importação tendo superávits no saldo da balança comercial de até 46.086 milhões de dólares de 2006, de acordo com o GRÁFICO 1.

Com a crise externa de 2008 a exportação diminuiu, como demonstrou o GRÁFICO 1, cerca de US\$44.947 milhões e a importação diminuiu US\$45.253 milhões para o próximo ano, mas manteve-se um saldo positivo na balança comercial. Em 2010 as exportações voltaram a subir ultrapassando os 200 milhões de dólares e as importações ultrapassando os 180 milhões de dólares.

Conclui-se que houve evolução da balança comercial brasileira, diante das políticas econômicas adotadas pelos governantes de 1990 a 2010. Todas as ações do governo para estabilizar a economia, impactaram de forma considerável na balança comercial e conseqüentemente na economia brasileira.

A partir daí pode-se afirmar que houve evolução da Balança Comercial diante das políticas econômicas adotadas pelos governos de 1990 a 2010, priorizando a estabilização da economia e conseqüentemente afetando as exportações e importações e o saldo comercial brasileiro, constatando que toda movimentação da economia interna e externa afetou o saldo da Balança Comercial brasileira.

Diante do estudo, predomina a idéia de quem o governo não estava preocupado em obter superávits na Balança Comercial, e sim contia pelo objetivo de estabilizar preços, manter a imflação dentro das metas estabelecidas pelo governo, a evolução da Balança Comercial ocorreu diretamente no governo Lula, pois nessa época o governo utilizava a taxa selic como controle da inflação e nesse caso sobrava tempo e verbas para desempenhar politicas macroeconomicas de desenvolvimento

para o país, além da economia externa favorável, o governo Lula conseguiu afetar varios pontos da economia, onde a distribuição de renda afetava diretamente na balança comercial brasileira, o aumento do consumo dos brasileiros e a melhor condição de vida propiciou o inicio do desenvolvimento tão almejado pelos governantes.

6 REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni; **Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um Balanço Crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000)**, Universidade Estadual Paulista\Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 71-94, 2002.
- AVERBURG, André. **Abertura e Integração: Comercial Brasileira na Década de 90**. BNDES-Pnud. 2003.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 27.ed.- INIJUÍ, Petrópolis, Vozes, 2010. 571 p.
- BLANCHARD, Olivier; **Macroeconomia**; São Paulo, Pearson Prentice Hall, 5 ed. 2011.
- BOITO Jr, Armando. **A Burguesia no Governo Lula**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.
- CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves. **Política Industrial do Governo Lula**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, julho 2010.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão; CASTRO, Marcus Faro; **GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS RECENTES NO BRASIL: OS ANOS 1990**, REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 18: 109-129 JUN. 2002.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; **O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?**; Niterói (RJ), 2003.
- COLLOR, Fernando; **Brasil: um projeto de reconstrução nacional**; Brasília : Senado Federal, 2008. <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1514/1/TD_1346.pdf> acesso 31/07/2017
- COSTA, Aline de Carvalho ... et al. **PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: um panorama histórico da privatização e os impactos sobre o modal rodoviário**; AMPLIANDO Revista Científica da Facerb, v. 4. 2017.
- FERNANDES, Marcelo, Toro Juan; **O Mecanismo de Transmissão Monetária na Economia Brasileira Pós-Plano Real**, RBE Rio de Janeiro 59(1):5-32 JAN/MAR 2005
- GIAMBIAGI, Fabio... et al. **Economia Brasileira e Contemporânea**; Rio de Janeiro:Elsevier; 2. ed. 2011.

GIL, Antonio Carlos; **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick et al.; **Manual de Macroeconomia**. 3 ed. São Paulo, Atlas S.A, 2011

HEINECK, Luiz Fernando Mahlmann; **Administração Pública: Departamento de Ciência da Administração/ UFSC Brasília: CAPES: UAB 2010.**

HERMANN, Jennifer, **Liberalização e desenvolvimento financeiro: lições da experiência brasileira no período 1990-2006**, Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 2 (39), p. 257-290, ago. 2010.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia; **A política externa do Brasil em dois tempos**; Rev. Bras. Polít. Int. 38 (1): 5-23 [1995].

KRUGMAN, Paul. R; **Economia Internacional: teoria e política**; São Paulo, Pearson Addison Wesley, 2005 .

LESBAUPIN, Ivo et al. **O desmonte da nação**: Balanço do governo FHC. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

MACHADO, Raphael Amorim, **INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA NO BRASIL E SUA REGULAÇÃO: O CASO DO MODAL FERROVIÁRIO 2005-2015**. Campinas - SP. Unicamp, 2016.

MACIEL, David, **O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992)**, Revista UFG, 2011.

MODENESI, André de Melo, **Regimes Monetários: teoria e a experiência do real**; Barueri: Manole, 2005.

MOLLO, Maria de L Rollemberg; SILVA, Maria Luiza F.; **A LIBERALIZAÇÃO DO CÂMBIO NO BRASIL: REVISITANDO A DISCUSSÃO DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS EMBUTIDOS NAS PRESCRIÇÕES CAMBIAIS ALTERNATIVAS**. Est. Econ., São Paulo, 1999.

PINHEIRO, Armando Castelar; CAP 3 - **As Reformas Estruturais - Privatizações no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?**.em A economia brasileira nos anos 90, 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PIRES, Marcos Cordeiro; **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**; São Paulo, Saraiva; 2010.

SARQUIS, José Buainain. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011.

SERRANO, Franklin; **Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil**, Revista de Economia Política, vol. 30, pp. 63-72, janeiro-março/2010.

SICSÚ, João; **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS**, Brasília, agosto de 2008

SIMONSES, Mario Henrique, **MACROECONOMIA**, 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**/ Nali de Jesus de Souza. - 6º ed. São Paulo, Atlas, 2012.

TRENNEPOHL, Vera Lúcia; **Formação e desenvolvimento brasileiro**. - 2. ed. - Ijuí : Ed. Unijuí, 2011.

VELASCO, Licínio Jr, **Privatização: Mitos e Falsas Percepções** em A Economia Brasileira dos Anos 90, 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

VIEIRA, Aquiles; **Teoria e prática cambial : exportação e importação** . - 2. ed. São Paulo : Lex Editora, 2005.
